

## **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2020**

### **JUSTIFICATIVA**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE CUMBE, ESTADO DE SERGIPE, instituída através de Portaria N. 07/2019, de 09 de dezembro de 2019, vem em atendimento ao Art. 26, caput da Lei N. 8.666/93, e em conformidade com o art. 25, Inciso II da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1993 e suas alterações, e Resoluções do TCE, reuniu-se nesta Câmara Municipal, que consiste na Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica nesta Câmara Municipal, compreendendo: Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios (Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal, e demais que possam fazer parte integrante deste instrumento, no período de 02 de janeiro de 2020 e termino previsto para 31 de dezembro de 2020, analisarmos a formalização do Processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2020**, visando a contratação a Empresa **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**.

Considerando que a Câmara Municipal de Cumbe, Estado de Sergipe, necessita de contratar um profissional para prestação de serviços de assessoria jurídica;

Considerando que a atividade laboral em tela exige experiência, responsabilidade, zelo e dedicação;

Considerando que a Câmara não possui Assessor Jurídico nomeado de forma comissionada ou efetiva para prestação dos serviços necessários;

Considerando, mais, que a Empresa **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, possui advogados inscrito na OAB, é possuidor das qualidades exigidas, pois já milita na área de assessoria jurídica na área pública há vários anos;

Considerando que a Empresa mencionada além de já possuir um curso de especialização na área pública, ainda possui outro curso de especialização, conforme documentos em anexo;

Considerando que é de suma importância a especialização em direito administrativo por parte desses profissionais que atuam na área de assessoria jurídica para empresas públicas;

Considerando, também a grande quantidade de Atestados de Capacidade Técnica na prestação de serviços para empresas públicas que o profissional retro mencionado possui, isto há vários anos, conforme anexo;

Esta comissão vem apresentar a justificativa de inexigibilidade, conforme preceitua a lei de contrato e licitações nos termos da Lei N. 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

#### **I – JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Para que algo seja compatível com o outro, é preciso que haja uma coexistência harmoniosa entre ambos; assim, para que um preço seja compatível com o mercado, é preciso que exista, pelo menos, outros, de mesmo porte e capacidade, que preste, exatamente o mesmo serviço e apresente um preço similar ao primeiro. No caso a Empresa NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, em sua forma de execução e especializados, não cabendo, portanto, comparativos, verificados, facilmente, pela unicidade e individualidade dos serviços a serem prestados, tornando seus preços, pela não coexistência, impossíveis de comparação, em virtude da especificidade dos serviços e dos profissionais, entretanto preços dentro dos parâmetros aceitáveis e no mesmo patamar dos preços praticados por outros.

Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especialidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado, de acordo com cada profissional que realize, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, *“todo profissional é singular, posto esse atributo é próprio da natureza humana”* sendo que o profissional a ser contratado, possuem conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração a sua vasta experiência. Ademais os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com o praticado no mercado.

#### **II - RAZÃO DA ESCOLHA**

Trata-se de profissionais com bastante experiência e consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública, com conceito de notória especialização, comportamento ético exemplar, e enquadra-se nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, que é de interesse público e visando a realização do bem comum, com ampla experiência nessa área.

Que o profissional e/ou empresa possui especialização na realização do objeto nos moldes aqui pretendidos, e esta empresa desenvolve todos os requisitos, de forma que fizemos sua contratação e conforme documentação acostada dos serviços desempenhados em diversas Cidades.

#### **III - ASPECTO LEGAL**

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no art. 25 inciso II do vigente estatuto das licitações. Com base na Lei 8.666/93, em seu artigo 25, inciso II, e Resoluções do TCE sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, por inexigibilidade de Licitação que tem como valor global R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais), estar de acordo com os preços



praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94.

Considerando, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade a regra que se refere o art. 3º, da Lei 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

Considerando, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organizações, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.” (o destaque é nosso)

Considerando, que a Empresa NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, conserva um comportamento ético exemplar e um bom entendimento com os órgãos públicos, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cumbe, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que dá espécie ao Processo de Inexigibilidade de Licitação, após o que deverá ser publicada no mural desta Casa Legislativa.

Câmara Municipal de Cumbe, 02 de janeiro de 2020.

MARIA CLEZIANE DOS SANTOS  
Presidente da Comissão de Licitação

ROSANA BARBOSA SANTOS RODRIGUES  
Membro

ADAILTON DOS SANTOS  
Membro

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA e, por conseguinte, aprovo o procedimento.  
Publique-se.

Cumbe, 02 de janeiro de 2020.

DEGIVALDO SANTOS  
Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

**Requerente:** Comissão de Licitação.

**Interessado:** Câmara Municipal de Cumbe/SE.

**Assunto:** Inexigibilidade.

**Objeto:** Assessoria e consultoria técnica, administrativa, legislativa e jurídica de matérias tramitadas ou em tramitação, especialmente para elaborar a minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos e resoluções, pareceres administrativos e jurídicos, bem como participar de audiências públicas para tratar de matéria em tramitação na Casa de Leis; a reprodução e remessa de textos legais, quando solicitados, análise à luz da Constituição Federal e Estadual de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções, de emendas à lei orgânica e orientação sobre processo legislativo municipal, em suas diferentes fases.

**Parecer nº: 04/2020**

**PARECER JURÍDICO**

**1. RELATÓRIO**

A Procuradoria-Geral do Município de Cumbe/SE, por meio desta signatária, fora provocada pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do ofício nº 01/2020, encaminhado ao Gabinete do Prefeito Municipal, para apresentar parecer jurídico acerca da legalidade de inexigibilidade de processo licitatório, destinado à contratação de Empresa Especializada para a prestação de assessoria jurídica (consultoria técnica), abrangendo os seguintes serviços: Assessoria e consultoria técnica, administrativa, legislativa e jurídica de matérias tramitadas ou em tramitação, especialmente para elaborar a minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos e resoluções, pareceres administrativos e jurídicos, bem como participar de audiências públicas para tratar de matéria em tramitação na Casa de Leis; a



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

reprodução e remessa de textos legais, quando solicitados, análise à luz da Constituição Federal e Estadual de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções, de emendas à lei orgânica e orientação sobre processo legislativo municipal, em suas diferentes fases.

Considerando a solicitação da Câmara Municipal de Cumbe/SE, bem como o fato desta não dispor de assessoria jurídica própria, passo a opinar.

Inicialmente, urge registrar que não há óbice à contratação de advogados particulares pelos Entes Públicos, sendo esta contratação feita mediante inexigibilidade de licitação, nos casos de: **(I) impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pela advocacia pública, dada a especificidade e relevância da matéria; (II) deficiência da estrutura estatal;**

Com efeito, mesmo nas hipóteses de contar, a entidade pública, com advogados concursados, o que não é o caso, se houver deficiência na estrutura, ou, dito de outro modo, se os advogados existentes no quadro não estiverem suprimindo a demanda de serviços, pode o Ente contratar escritório de advocacia por inexigibilidade, **mesmo para trabalhos ordinários.**

Em decisão prolatada pelo Plenário do STF, em 2012, tendo como relator o Ministro DIAS TOFFOLI, a Corte entendera, ao interpretar o preceptivo legal extraído da lei 8.666/93, em compasso com a CF/88:

**EMENTA Penal e Processual Penal. Inquérito. Parlamentar federal. Denúncia oferecida. Artigo 89, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Artigo 41 do CPP. Não conformidade entre os fatos descritos na exordial acusatória e o tipo previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93. Ausência de justa causa. Rejeição da denúncia.**

[...]



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

3. O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuíam notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ilegalidade inexistente. Fato atípico. 4. Não restou, igualmente, demonstrada a vontade livre e conscientemente dirigida, por parte dos réus, a superar a necessidade de realização da licitação. Pressupõe o tipo, além do necessário dolo simples (vontade consciente e livre de contratar independentemente da realização de prévio procedimento licitatório), a intenção de produzir um prejuízo aos cofres públicos por meio do afastamento indevido da licitação. 5. Ausentes os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, não há justa causa para a deflagração da ação penal em relação ao crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93. 6. Acusação, ademais, improcedente (Lei nº 8.038/90, art. 6º, caput).

(Inq 3077, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-188 DIVULG 24-09-2012 PUBLIC 25-09-2012)

Consta do bojo do acórdão:

"[...]"

Ao lado da hipótese relativa à contratação de fornecedor exclusivo (de que não se cogita na espécie), há outras tantas que também redundam na inviabilidade da competição e, por isso, dão azo à inexigibilidade de licitação pública. Entre elas, vem à baila a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, cuja aferição, reconhecimento, é bastante complexa, dado que nela pode haver pluralidade de pessoas capazes de prestar o serviço almejado pela Administração. No caso, a impossibilidade de haver competição derivaria da falta de critérios objetivos para cotejar os



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

potenciais competidores que estabelece a possibilidade de inexigibilidade de licitação "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação"

Para melhor compreensão do citado dispositivo, vale destacar que o art. 13 da Lei de Licitações considera serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (i) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos e executivos; (ii) pareceres, perícias e avaliações em geral; (iii) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (iv) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; (v) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; (vi) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; (vii) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

[...]

A inexigibilidade pode, como já referi, se manifestar mesmo que existam vários especialistas aptos a prestar o serviço pretendido pela Administração, já que todos eles se distinguem por características marcadas pela subjetividade, por suas experiências de cunho particular.

[...]". Original sem grifos

Destarte, entendendo pela impossibilidade de competição entre profissionais da advocacia, o STF concebeu exigir-se, na espécie, para referida contratação, os requisitos da notória especialização e da confiança objetiva que a administração possui no profissional.

Vejamos, ainda, entendimento de outros tribunais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA. MUNICÍPIO DE URUANA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ARTIGOS 13, II, III E IV, E 25,



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

CAPUT E II, LEI FEDERAL Nº 8.666/1992). INVIABILIDADE DA COMPETIÇÃO. OFÍCIO DE NATUREZA SINGULAR. PRECEDENTES DO STF. RECURSO DESPROVIDO.

I - Diante da inexistência de ordem constitucional para a criação de procuradorias (artigo 132, Constituição Federal), o município poderá optar por

admitir advogados particulares para o serviço jurídico e, neste caso, será inexigível a licitação (artigos 13, II, III e V, e 25, caput e II, ambos da Lei federal nº 8.666/1993). A conclusão escora-se na apuração da singularidade dos serviços, da proibição da concorrência e da impossibilidade lógica do exercício do julgamento objetivo das propostas oferecidas (artigo 5º, lei federal nº 8906/1994). Precedentes do STF.

II - Não é permitido aos advogados a disputa pela captação de clientes - infração disciplinar punida pela lei federal nº 8906/1994, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (artigo 34, VI), e pelo Código de Ética e Disciplina da categoria (artigo 33) -, evidenciando-se aí a inviabilidade da competição. A

conclusão é roborada pela impossibilidade de julgamento objetivo das propostas apresentadas. Deveras intrincada seria a tarefa da comissão de licitação de sopesar qual dos licitantes inspiraria maior confiança ao chefe do poder executivo, qual melhor conheceria a realidade administrativa local, qual possuiria maior poder de persuasão escrita e verbal e maior perspicácia diante do complexo cenário de atuação e, mais ainda, de constatar se o trabalho prestado pelo advogado que ofereceu a proposta de menor valor realmente atenderia a necessidade da contratação. De mais a mais, a natureza intelectual do serviço prestado pelo advogado, de per si, demonstra a singularidade do serviço. Não se pode olvidar que as peças e pareceres produzidos são marcados pelas características próprias da formação, estudos e particularidades de cada advogado.

III - Conclui-se do enredo que o representante municipal possui discricionariedade para escolher o melhor profissional a partir da contratação direta, notória exceção justificada





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

à regra dos artigos 2º da Lei federal nº 8.666/1993 e 37, XXI, Constituição Federal.

IV - Não se ignora aqui o fato de que, apesar da inexigibilidade da licitação, determinadas circunstâncias podem enodoar a contratação direta, a

exemplo de vulneração aos princípios basilares da Administração protegidos pela Constituição Federal (artigo 37, caput ) e pela Lei de Improbidade Administrativa (art. 11, caput). Contudo, nenhuma mácula se verifica na hipótese dos autos. No município de Uruana não há corpo de procuradores públicos, apresentada assim a justificativa para a contratação de profissional particular. Além disso, tanto a

declaração de inexigibilidade quanto a expedição de convites foi precedida por procedimentos administrativos que sinalizaram ao então prefeito a validade dos expedientes, não se mostrando razoável a exigência de que o alcaide agisse de forma contrária a indumentária estatal que lhe foi apresentada. De se somar à conclusão, ainda, a constatação da modicidade do valor dos contratos, sem expressar desequilibrada vantagem aos advogados e, por fim, de que há notícias nos autos sobre a prestação a contento dos serviços, sem intercorrências a desqualificar os profissionais contratados.

V - Apelo conhecido e desprovido.

(TJ-GO; APELAÇÃO CÍVEL Nº 485016-68.2011.8.09.0154 (201194850162); Rel. Des. FERNANDO DE CASTRO MESQUITA; DECISÃO DE 18.08.2015). Grifo Nosso

Tais entendimentos baseiam-se na **ausência de possibilidade de imposição de assessoria jurídica de carreira nos entes públicos**, ante o silêncio constitucional pela especificidade de cada ente municipal, alinhado à **impossibilidade de competição para escolher profissionais da advocacia**, desaguando na inexigibilidade de licitação.

De outro lado, há súmula da Ordem dos Advogados do Brasil estabelecendo que a contratação de advogados pela



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

Administração Pública deve ser feita diretamente, por meio de inexigibilidade de licitação:

SÚMULA N. 04/2012/COP

**ADVOGADO. CONTRATAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.** Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilização objetiva de competição, sendo inaplicável à espécie o disposto no art. 89 (in totum) do referido diploma legal.

O relator, Conselheiro Federal Jorge Hélio Chaves de Oliveira citou, ainda, recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de habeas corpus (HC 86198-9-PR), tendo como relator o ministro aposentado Sepúlveda Pertence, segundo o qual:

"A presença de requisitos de **notória especialização e confiança**, ao lado do relevo do trabalho a ser contratado, permite concluir pela **inexigibilidade da licitação** para a contratação dos serviços de advocacia". O ministro afirmou ainda: "**se for para disputar preço, parece de todo incompatível com as limitações éticas e mesmo legais que a disciplina e a tradição da advocacia trazem para o profissional**".

O relator afirmou também em seu voto que não cabe falar em competição no caso em questão, mormente porquanto, "O Código de Ética e Disciplina da OAB veda expressamente qualquer procedimento de mercantilização da atividade advocatícia".

Portanto, a singularidade dos serviços é a própria atividade de advogado, retratando atividade personalíssima, o que inviabiliza uma comparação de modo objetivo. Eis a magistral inteligência do insigne **Marçal Justem Filho**:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

"Por isso quando a contratação envolver serviços técnicos científicos, especializados (especialmente daqueles indicados no art. 13), poderá fazer-se diretamente, independentemente de procedimento formal licitatório"

(Marçal Justem Filho, obra citada, pág. 264).

Há ainda lição de MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS, afirmando que os próprios princípios que norteiam a profissão conduzem à inexigibilidade:

"Concordamos, portanto, com as eruditas colocações feitas pela ilustre Alice Gonzales Borges, ao demonstrar ser inexigível o certame para que ocorra a contratação da prestação de serviços jurídicos, quer pela impossibilidade de se aferir o conhecimento científico de cada profissional, o que levaria a um julgamento subjetivo, quer pela singularidade do causídico prestador do serviço e, por fim, quer pelo estatuto e o código de ética do advogado reprimirem a captação direta ou indireta de clientes, além dos outros princípios declinados no presente tópico, que invalidam qualquer processo de seleção para a contratação dos serviços advocatícios, visto não ser o menor preço o fator preponderante para a efetivação do melhor serviço. Grifamos"

Em epílogo, não se pode exigir a imposição de concurso público para carreira de advogado nos entes públicos, ante o silêncio constitucional, podendo o ente contratar advogado para representa-lo, mediante inexigibilidade de licitação, exigindo-se a demonstração da notória especialização dos advogados contratados pata tal mister e a fidúcia que a administração possui nos profissionais.

Passando ao caso concreto, pois, temos a contratação da empresa **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** para realização de serviços advocatícios, ante a ausência de assessor jurídico de carreira e a necessidade de contratação da referida empresa, mormente pela indispensabilidade dos serviços ao bom andamento da administração pública e ao correito andamento dos



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE**

processos legislativos, bem como o assessoramento jurídico por empresa especialista na área, especialmente no mercado sergipano.

Em consequência disso, é necessária a contratação de advogados ou escritórios de advocacia para a prestação de consultoria e de defesas ou promoção de ações judiciais, ou ainda para a participação em processos administrativos de interesse da instituição contratante.

Depreende-se que a **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** é empresa **conhecida no mercado sergipano, prestando serviços em diversos outros municípios, conforme documentos anexos**, estando demonstrada a sua notória especialização.

Ademais, os advogados associados da **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** são extremamente qualificados, possuindo especializações.

Mais ainda, a contratada possui amplo escritório na capital do estado, com excelente equipe de advogados, local para receber as demandas da Casa Legislativa, bem como toda a equipe de logística para o melhor atendimento ao Poder Legislativo Municipal.

Ao tratar da notória especialização, o acórdão do STF no Inq. 3.077/AL (acima exposto), registra:

Em complemento, a fim de oferecer parâmetros para tal competência discricionária, o § 1º do art. 25 da Lei nº 8.666/93 preceitua:

"Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMBE

[...]

A documentação acostada aos autos do processo administrativo nº027/2003, por outro lado, demonstra que os profissionais integrantes do quadro técnico da empresa Barros Consultores Associados Ltda. possuíam qualificação profissional diferenciada (fls. 20/23 e 24/26 do apenso 2), a justificar o reconhecimento do preenchimento do requisito da '**notória especialização**' da contratada, tendo, ademais, sido comprovada a prestação de serviços de idêntica natureza às Prefeituras de Pilar/AL, Rio Largo/AL, Paripueira/AL, União dos Palmares/AL e Nossa Senhora do Socorro/SE (fls. 23 e 38/40).

[...]

Destarte, a contratação em apreço pode ser realizada de forma direta, em virtude da inexigibilidade prevista no **artigo 25, II, c/c artigo 13, III da Lei 8.666/93 e SÚMULA N. 04/2012/COP**, por ser destinada à contratação de profissional especializado na prestação de serviços de consultoria técnica e assessoria jurídica especializada.

Assim sendo, diante de toda fundamentação supra alinhavada, **opinamos favoravelmente** à contratação do Escritório **NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**.

**Salvo Melhor Juízo,  
É o parecer.**

Cumbe/SE, 02 de janeiro de 2020.

**LORENA VIEIRA MOURA**

Procuradora-Geral do Município

006 12486-SE

**EXTRATO DO CONTRATO**

**Nº 01/2020**

|   |
|---|
| 01 - <u>PARTES SIGNATÁRIOS:</u><br>CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CUMBE<br>CNPJ Nº 04.223.982/0001-31<br><br>CONTRATADA: NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA<br>CNPJ N. 18.326.022/0001-01                 |
| 02 - <u>OBJETO:</u><br>Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica, para esta Câmara Municipal.  |
| 03 - <u>PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:</u><br>INEXIGIBILIDADE N.º 01/2020  |
| 04 - <u>BASE LEGAL:</u><br>Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações e PARECER JURÍDICO N. 01/2020.   |
| 05 - <u>FORMA DE PAGAMENTO E VALOR:</u><br>O valor na execução do Contrato é de R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais), sendo pago mensalmente R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).   |
| 06 - <u>PRAZO DO CONTRATO</u><br>Este contrato tem vigência a partir de 02 de janeiro de 2020 se concluirá em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período.                                 |
| 07 - <u>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO:</u><br>Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 33.90.35.02.00 – Serviços de Consultoria – Pessoa Jurídica, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro – Ordinários. |

Certifico que este extrato foi afixado no Mural desta Câmara Municipal, para o conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual.

Cumbe(SE), 02 de janeiro de 2020.



DEGIVALDO SANTOS  
Presidente da Câmara

## ORDEM DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 01/2020

OBJETIVO: Contratação de uma Empresa especializada em: Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios (Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal, e demais que possam fazer parte integrante deste instrumento, nesta Câmara Municipal de Cumbe / SE.

DATA DO CONTRATO: 02 de janeiro de 2020

CONTRATADO: NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Tendo em vista o CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE celebrado entre a Câmara Municipal de Cumbe / SE, com a Empresa NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, para serviços acima mencionados, fica Vossa Senhoria informada de que o prazo começará a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2020 se concluirá em 31 de dezembro de 2020.

Cumbe, 02 de janeiro de 2020.



---

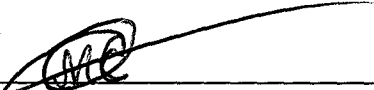
DEGIVALDO SANTOS  
Presidente da Câmara

## CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento as atribuições desta Comissão Permanente de Licitação e as disposições do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o Extrato de Contrato N. 01/2020, decorrente da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, celebrado entre esta Câmara Municipal de Cube e a Empresa NERY SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, cujo objeto e a Prestação de Serviços de Consultoria relacionada a Lei Jurídica de Responsabilidade Fiscal, Consultoria relacionada as licitações, Contratos e Convênios (Lei N. 8.666/93) com emissão de Parecer, acompanhamento de processos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Assessoria na elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, Resoluções, etc.; Pareceres junto as comissões permanentes, acompanhamento das seções na Câmara Municipal, foi afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal para o conhecimento de todos.

O referido é verdade!

Cumbe, 02 de janeiro de 2020.



---

MARIA CLEZIANE DOS SANTOS  
Presidente da CPL